

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

 Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2016 foi marcado pelas tensões políticas no Brasil se sobrepõem ao contexto econômico. O processo de impeachment segue para a aprovação no Senado e o presidente interino Michel Temer sinalizou junto a sua nova equipe econômica à prioridade no reequilíbrio das contas públicas, em medidas estruturais de consolidação fiscal, como a imposição de um teto para o crescimento de gastos, reforma da previdência, privatizações e elevação de impostos.

No cenário externo, o destaque foi o resultado do referendo no Reino Unido a favor da saída do país da União Europeia, o BREXIT. O efeito imediato foi a depreciação da libra esterlina e a queda das ações dos bancos europeus. As taxas de juros de 10 anos dos EUA, Alemanha, Japão, Inglaterra e Suíça tiveram quedas expressivas. O processo de saída será turbulento e gerou uma onda de incerteza sobre o futuro da Zona do Euro, contaminando os mercados globais. No Reino Unido, a Escócia e a Irlanda do Norte mostram a intenção em continuar na União Europeia. Já os partidos políticos radicais de extrema direita ficam mais ativos na França, Itália, Holanda, Espanha e Alemanha. Essa incerteza política, aliada à situação de fragilidade do setor financeiro e a queda da demanda proveniente da desaceleração do Reino Unido, exercerá um efeito negativo sobre a economia europeia.

Nos EUA, o banco central americano adiou o processo de aperto monetário iniciado em dez/15, dado às incertezas externas do efeito BREXIT, o menor crescimento global e os dados de emprego mais fraco que o esperado. A atividade econômica continua moderada, com a demanda doméstica sendo estimulada pelo consumo das famílias, recuperação do setor imobiliário e gastos do governo. Segundo o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), as próximas decisões para os juros básicos dependerão das condições econômicas, do nível de emprego e do nível de inflação de 2%. Acreditamos que o FED continuará o processo de normalização da política monetária de uma forma bem mais gradual, no último trimestre deste ano. A nossa projeção de crescimento para os EUA é de 1,8% em 2016. Na China, os dados de atividade econômica mostram sinais de estabilização, graças a uma grande dose de estímulos do governo nos setores de infraestrutura e construção civil, porém é notável a desaceleração do investimento privado, mostrando uma economia dependente de intervenções do Estado. A readequação do modelo de crescimento para o mercado interno e a menor ajuda do exterior devem restringir avanços na economia.

No cenário doméstico, o PIB do primeiro trimestre teve queda de 0,3% na comparação com o trimestre anterior e queda de 5,4% em comparação de 2015. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaceleração, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito. Em maio com a mudança para o governo interino de Temer propiciou uma melhora dos indicadores de confiança dos investidores. Com sucessivos superávits na balança comercial, os indicadores de atividade começam a mostrar sinais de estabilização em alguns setores da indústria. A nossa projeção de retração do PIB em 2016 é de 3,30%.

Na política monetária, o novo presidente do BC, Ian Godfajn, adotou uma postura mais dura se comprometendo com a meta de inflação de 4,5% em 2017. A inflação dá sinais de moderação, apesar de pressões recentes nos alimentos, a queda do câmbio e da redução de serviços devem contribuir para finalizar o ano com o IPCA em 7,25%. Acreditamos que o Banco Central deve promover cortes a partir do último trimestre e a taxa Selic deverá encerrar em 13,25%. A atuação dos principais bancos centrais dos países desenvolvidos em manter o afrouxamento monetário, com juros básicos baixos, permitirá um fluxo maior para os países emergentes, principalmente para os ativos de Renda Fixa. O Brasil está sendo beneficiado com a recente abertura das emissões de papéis brasileiros no mercado externo e acreditamos com a definição do quadro político após a votação final do impeachment deverá reforçar a atratividade dos ativos brasileiros no mercado internacional.

 Histórico

O Banco Rendimento S/A, com sua atuação consolidada no mercado de câmbio, destaca-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil.

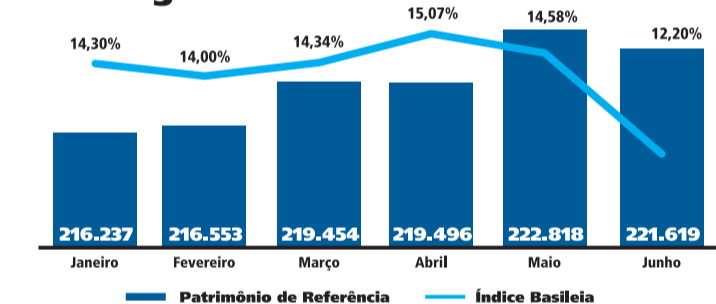
O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários, dada a complexa regulamentação cambial do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes. Neste contexto, mantêm estrutura organizada, no mercado primário de câmbio, para o atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial - importação e exportação - e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços.

No segmento de *Middle Market*, concentra suas operações de crédito com o personalizado atendimento a empresas de faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares, antecipação de recebíveis de cartão de crédito e concessão de linha específica de financiamento na atividade educacional.

Na área de serviços, vem alcançando novas posições, atuando na arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agiliza Soluções de Pagamentos Ltda. e da distribuidora Cotia DVM S/A, empresas integrantes do Grupo Rendimento, o Banco atua na comercialização de moeda estrangeira, em papel moeda, e como distribuidor dos cartões pré-pagos, VTM - Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

 Índice da Basileia

A apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, apresenta o comportamento do Índice de Basileia, apurado no primeiro semestre de 2016 e calculado com base no Conglomerado Prudencial, conforme Resolução 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional. Neste semestre, o Índice de Basileia vem impactado principalmente pela aplicação dos ajustes prudenciais, definidos na Resolução nº 4.192/13 do CMN, que passou de 40% em dezembro de 2015 para 60%, a partir de janeiro de 2016, e pelos reflexos das operações de câmbio.

Conglomerado Prudencial - 2016

Balancos Patrimoniais

Em 30 de Junho de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2016		2015		PASSIVO	Notas	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		1.476.240	1.191.877	1.191.877	1.191.877	Circulante		1.190.894	869.508	869.508	869.508
Disponibilidades	5	351.342	379.216	379.216	379.216	Depósitos à vista	13	348.511	348.511	348.511	348.511
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	361.182	277.586	277.586	277.586	Depósitos em prazo		63.564	77.207	77.207	77.207
Aplicações em depósito interbancário		329.999	266.898	266.898	266.898	Depósitos em prazo - em moeda estrangeira		47.934	54.211	54.211	54.211
Aplicações em depósitos interfinanceiros		31.183	10.688	10.688	10.688	Depósitos em prazo - em moeda estrangeira		131.614	145.183	145.183	145.183
Títulos e valores mobiliários	7	1.115	1.518	1.518	1.518	Captações no mercado aberto	15	107.621	9.224	9.224	9.224
Carteira própria		1.115	1.518	1.518	1.518	Carteira própria		6.091	9.224	9.224	9.224
Relações interfinanceiras		16.568	16.863	16.863	16.863	Carteira de terceiros		11.530	-	-	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		13.189	14.468	14.468	14.468	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	12.990	-	-	-
Créditos vinculados ao Bacen		1.546	1.112	1.112	1.112	Recursos de aceites e emissão de títulos		12.990	-	-	-
Relações com correspondentes		1.833	1.283	1.283	1.283	Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	444	444	444
Relações interdependências		1.581	-	-	-	Resultado bruto da intermediação financeira		652	444	444	444
Transferências Internas de Recursos		1.581	-	-	-	Outras obrigações		82.700	37.672	37.672	37.672
Operações de crédito	9	229.909	311.574	311.574	311.574	Relações interdependências		82.700	37.672	37.672	37.672
Setor Privado		229.909	311.574	311.574	311.574	Recursos em trânsito de terceiros		-	-	-	-
Empréstimos e títulos descontados		224.912	297.096	297.096	297.096	Obrigações por empréstimos	14	3.948	9.608	9.608	9.608
Financiamentos		18.092	24.728	24.728	24.728	Empréstimos no exterior		3.948	9.608	9.608	9.608
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(13.095)	(9.800)	(9.800)	(9.800)	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	14	2.515	11.965	11.965	11.965
Outros créditos		506.762	187.255	187.255	187.255	BNDES		731	6.086	6.086	6.086
Carteira de câmbio	10	435.814	143.968	143.968	143.968	Finame		1.784	5.879	5.879	5.879
Negociação e intermediação de valores		1	33	33	33	Instrumentos financeiros derivativos		718	-	-	-
Diversos	11a	74.317	44.240	44.240	44.240	Instrumentos financeiros derivativos	8c	718	-	-	-
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(3.370)	(986)	(986)	(986)	Outras obrigações		721.139	452.380	452.380	452.380
Outros valores e bens	11b	7.781	17.865	17.865	17.865	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		9.887	9.562	9.562	9.562
Outros valores e bens		6.964	17.726	17.726	17.726	Sociais e estatutários		1.145	-	-	-
Despesas antecipadas		817	739	739	739	Carteira de câmbio	10	432.534	138.577	138.577	138.577
Realizável a longo prazo		256.626	218.925	218.925	218.925	Fiscais e previdenciárias	16a	13.929	9.348	9.348	9.348
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	20.213	35.003	35.003	35.003	Negociação e intermediação de valores		1.238	128	128	128
Aplicações em moedas estrangeiras		20.213	35.003	35.003	35.003	Diversas	16b	262.406	294.765	294.765	294.765
Títulos e valores mobiliários	7	79.018	69.253	69.253	69.253	Exigível a longo prazo		417.093	408.469	408.469	408.469
Carteira própria		19.707	41.393	41.393	41.393	Depósitos	13	323.105	327.821	327.821	327.821
Vinculados operações compromissadas		6.100	9.245	9.245	9.245	Depósitos a prazo		323.105	327.821	327.821	327.821
Vinculados a prestação de garantias		53.211	18.615	18.615	18.615	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	-	11.222	11.222	11.222
Operações de crédito	9	45.346	30.608	30.608	30.608	Recursos de aceites e emissão de títulos		-	11.222	11.222	11.222
Setor Privado		45.346	30.608	30.608	30.608	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	14	17.945	14.825	14.825	14.825
Empréstimos e títulos descontados		34.754	16.492	16.492	16.492	BNDES		11.304	8.554	8.554	8.554
Financiamentos		11.230	14.885	14.885	14.885	Finame		6.641	6.271	6.271	6.271
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(638)	(769)	(769)	(769)	Outras obrigações		76.043	54.601	54.601	54.601
Outros créditos		112.038	84.060	84.060	84.060	Fiscais e previdenciárias		68.545	49.144	49.144	49.144
Diversos	11a	112.038	85.744	85.744	85.744	Diversas	16a	7.498	5.457	5.457	5.457
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		-	(1.684)	(1.684)	(1.684)	Resultados de exercicios futuros		738	466	466	466
Outros valores e bens	11b	11	-	-	-	Resultados de exercicios futuros		738	466	466	466
Despesa antecipada		11	-	-	-	Patrimônio líquido	19	150.514	200.625	200.625	200.625
Permanente		26.373	68.666	68.666	68.666	Capital		107.370	150.000	150.000	150.000
Investimentos		18.969	59.844	59.844	59.844	De domiciliados no país		107.370	150.000	150.000	150.000
Participações em controladas - no País		18.922	59.797	59.797	59.797	Reserva de lucros		43.996	42.526	42.526	42.526
Títulos patrimoniais	12	46	2	2	2	Ajuste de avaliação patrimonial		48	62	62	62
Outros investimentos		46	2	2	2	Lucros Acumulados		48	8.047	8.047	8.047
Imobilizado de uso		4.639	5.390	5.390	5.390						
Imóveis de uso		1.865	1.865	1.865	1.865						
Outras imobilizações de uso		13.328	12.761	12.761	12.761						
(Depreciações acumuladas)		(10.554)	(9.236)	(9.236)	(9.236)						
Diferido		106	140	140	140						
Gastos de organização e expansão		3.836	3.836	3.836	3.836						
(Amortização acumulada)		(3.730)	(3.696)	(3.696)	(3.696)						
Intangível		2.659	3.292	3.292	3.292						
Ativos intangíveis - outros		6.358	7.698	7.698	7.698						
(Amortização acumulada)		(3.699)	(4.394)	(4.394)	(4.394)						
Total do ativo		1.759.239	1.479.468	1.479.468	1.479.468	Total do passivo		1.759.239	1.479.468	1.479.468	1.479.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Aumento de capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	-	9.481	97.016	-	191.813	191.813
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.260	14.260
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	52	-	52
Aumento de capital	-	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	713	-	-	(713)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)
Saldos em 30 de junho de 2015	85.316	64.684	1.435	41.091	52	8.047	200.625
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	-	1.907	33.214	60	142.551	142.551
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	13.	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Semestres Findos em 30 de Junho de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Cotação DTVM S/A						
Depósitos à vista.....	-	1.882	-	-	3.730	-
Depósitos em moeda estrangeira.....	-	10.303	-	-	7.595	-
Obrigações por operações compromissadas.....	-	11.530	-	-	9.224	-
Carteira de câmbio.....	-	8.531	-	-	7.429	-
VTM.....	5.761	-	-	6.975	-	-
Despesas de captações.....	-	-	(740)	-	-	(489)
Receita/Despesa de câmbio.....	-	-	3.686	-	-	(237)
Despesa de serviços de terceiros.....	-	-	(30)	-	-	(16)
Receita de alugueis.....	-	-	14	-	-	14
Valores a receber/pagar de ligadas.....	13	21	-	5	14	-
	5.774	32.267	2.930	6.980	27.992	(728)
Action Empreendimentos e Participações Ltda.						
Depósitos à vista.....	-	24	-	-	4	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	2.089	-	-	2.060	-
Despesas de captações.....	-	-	(141)	-	-	(122)
	-	2.113	(141)	-	2.064	(122)
BBN - Banco Brasileiro de Negócios S/A						
Depósitos Interfinanceiros.....	-	43.863	-	-	43.068	-
Despesas de captações.....	-	-	(2.880)	-	-	(2.427)
	-	43.863	(2.880)	-	43.068	(2.427)
Cotação Serviços Financeiros Ltda.						
Depósitos à vista.....	-	5	-	-	2	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	18.001	-	-	16.888	-
Despesas de captações.....	-	-	(1.172)	-	-	(984)
	-	18.006	(1.172)	-	16.890	(984)
Agilitas Soluções de Pagamentos Ltda.						
Depósitos à vista.....	-	747	-	-	2.329	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	28.128	-	-	25.197	-
Valores a receber/ pagar de ligadas.....	-	72	-	-	1	-
Despesas de captações.....	-	-	(1.657)	-	-	(1.496)
	-	28.947	(1.657)	-	27.527	(1.496)
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.						
Depósitos à vista.....	-	60	-	-	16	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	413	-	-	486	-
Despesas de captações.....	-	-	(27)	-	-	(29)
	-	473	(27)	-	502	(29)
Rendimento Holding S/A						
Depósitos à vista.....	-	688	-	-	473	-
	-	688	-	-	473	-
Mac Participações Ltda. e Controladas						
Depósitos à vista.....	-	309	-	-	500	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	84.144	-	-	71.226	-
	-	84.453	-	-	71.726	-
Ades Investimentos e Participações Ltda.						
Depósitos à vista.....	-	1	-	-	-	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	1.416	-	-	540	-
	-	1.417	-	-	540	-
Pessoas Físicas						
Depósitos à vista.....	-	277	-	-	656	-
Certificado de depósito bancário - CDB.....	-	42.787	-	-	21.235	-
	-	43.064	-	-	21.891	-

a) **Saldo das transações**
As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) **Remuneração da Administração**
Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2016	2015
Remuneração fixa no semestre.....	2.976	2.871
Remuneração variável no semestre.....	577	445
Encargos Sociais.....	956	896
Total.....	4.509	4.212

O Banco Rendimento S/A não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
O capital social é representado por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros - Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações. Tal deliberação foi aprovada pelo BACEN em 05 de junho de 2015.

Em 28 de agosto de 2015 por realização de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R\$ 150.000 para R\$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R\$ 42.630. Tal deliberação foi aprovada pelo BACEN em 07 de outubro de 2015.

b) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**
O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco não distribuiu dividendos.

Em 06 de junho de 2016, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 5.300 referentes ao 1º semestre de 2016 (R\$ 5.550 em 2015), calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 2.362.

c) **Lucros acumulados**
No semestre de 2016, o Banco Rendimento S/A aprovou um lucro contábil de R\$ 13.275 (R\$ 14.260 em 2015).

d) **Reserva de lucros**
Legal: O Banco Rendimento S/A deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

	2016	2015
20. Despesas de captação no mercado		
Depósitos a prazo.....	31.281	38.437
Depósitos interfinanceiros.....	3.261	2.904
Operações compromissadas.....	1.176	705
Recursos de emissão de títulos.....	905	966
Contribuições ao fundo garantidor de crédito - FGC.....	404	410
Total.....	37.027	43.422

	2016	2015
21. Receitas de prestação de serviços		
Tarifas de arrecadação.....	6.333	5.293
Tarifas de câmbio.....	7.871	4.754
Tarifas de serviços bancários.....	1.309	1.008
Rendas de garantias prestadas.....	1.246	1.018
Tarifas de outros serviços.....	597	1.595
Total.....	17.156	13.668

	2016	2015
22. Despesas de pessoal		
Proventos.....	17.450	15.260
Encargos sociais.....	7.103	6.412
Benefícios.....	4.462	3.934
Honorários.....	3.553	3.316
Outros.....	208	128
Total.....	32.716	29.505

	2016	2015
23. Outras despesas administrativas		
Transportes.....	7.983	7.414
Serviços Sistema financeiro.....	7.058	7.594
Processamento de dados.....	5.405	4.357
Serviços técnicos especializados.....	2.147	1.173
Alugueis.....	1.837	2.114
Depreciação/amortização.....	1.309	1.342
Comunicações.....	1.026	988
Serviços de terceiros.....	762	996
Vigilância e segurança.....	419	406
Condomínio.....	408	369
Contribuições filantrópicas.....	373	363
Manutenção e conservação de bens.....	314	277
Outras.....	1.407	1.716
Total.....	30.548	29.109

	2016	2015
24. Despesas tributárias		
COFINS.....	4.016	3.521
ISS.....	802	633
PIS.....	654	573
Outras.....	235	230
Total.....	5.707	4.957

	2016	2015
25. Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos.....	20.505	-
Reversões de provisões diversas.....	587	469
Outras.....	1.402	250
Total.....	22.494	719
Outras despesas operacionais		
Atualização monetária de contingências.....	20.162	-
Contingências (i).....	4.162	1.108
Convênios operacionais.....	3.371	2.488
Comissões.....	1.239	1.019
Verbas de incentivos.....	830	731
Outros.....	2.068	1.185
Total.....	31.832	6.531

(i) Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências civis/fiscais/trabalhistas

26. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros
A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2016, correspondiam a R\$ 97.504 (R\$ 107.811 em 2015) com provisão para perdas no montante de R\$ 610 (R\$ 701 em 2015).

27. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões civis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 66.430;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.115.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	2016			2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total
Saldo no início.....	48.447	2.161	1.693	52.301	51.296	51.296
Constituições/Reversões.....	20.098	2.014	1.859	23.971	1.161	1.161
Pagamentos.....	-	(711)	(173)	(884)	(151)	(151)
Saldo no final.....	68.545	3.464	3.379	75.388	52.306	52.306

	2016			2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total
Saldo no início.....	49.446	343	-	49.789	49.492	49.492
Constituições/Reversões.....	20.561	377	225	21.163	849	849
Realizações/Reversões.....	-	(44)	-	(44)	(657)	(657)
Saldo no final.....	70.007	676	225	70.908	49.684	49.684

b) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**
Em 30 de junho de 2016, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

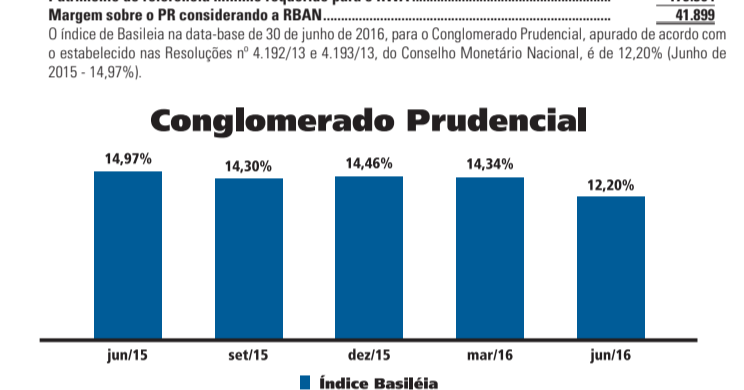
- Por 42 processos de natureza cível que somam R\$ 687, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras.
- Pela contestação administrativa de incidências de IOF e imposto fonte, relativo as operações de câmbio, no montante de R\$ 8.411.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 953.

c) **Órgãos reguladores**
Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.

28. Limites operacionais
O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência - PR.....	221.619
Risco de crédito - RWA _{CRD}	991.230
Risco de exposição cambial - RWA _{CAMB}	231.748
Risco de taxas de juros - RWA _{TJUR}	1.336
Risco de cupom de moedas - RWA _{CUPM}	23.344
Risco operacional - RWA _{OP}	568.683
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA.....	179.364
Margem sobre o PR considerando o RBAN.....	41.899

O índice de Basileia na data-base de 30 de junho de 2016, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13, 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 12,20% (Junho de 2015 - 14,97%).



A DIRETORIA

FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA - Contador - CRC 1RS067739/O-6 S-SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S/A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição pat